

3

Aquisição do modo verbal

Conforme visto no capítulo 2, e segundo o PM, a tarefa da criança na identificação da gramática de sua língua materna é a de adquirir os elementos do léxico com suas propriedades fonológicas e semânticas e a de fixar, a partir da informação disponível nas interfaces, os valores dos parâmetros referentes aos traços formais, em especial, daqueles pertencentes aos elementos de categorias funcionais, o que inclui *modo*. Assim sendo, se de acordo com o minimalismo, as distinções gramaticais têm de estar visíveis nas interfaces, é por meio da interface fônica que a criança extrai essas informações, que serão, posteriormente, interpretadas na interface semântica.

Neste capítulo, a forma como informações gramaticais são captadas por meio da interface fônica e interpretadas na interface semântica será descrita na seção 3.1. Na seção 3.2, ter-se-á um panorama da produção de *modo* na fase inicial de aquisição da linguagem.

3.1

Percepção de distinções gramaticais na interface fônica

Segundo Corrêa (2008), “O único índice de algo puramente formal ou sintático (traços não-interpretáveis) operando no processamento encontra-se na interface fônica, naquilo que se apresenta como *sistemático, regular*”. Essa visão parte da hipótese do *bootstrapping* fonológico (Christophe et al., 1996; Morgan & Demuth, 1996; Gout & Christophe, 2006; Corrêa 2008), que se concilia com o conceito de interfaces no PM para explicar como a criança pode, a partir do total desconhecimento da língua, extrair informações do sinal acústico da fala de modo a viabilizar seu ingresso no processo extremamente complexo em que se constitui a aquisição de sua língua materna.

A hipótese do *bootstrapping* fonológico se refere à entrada da criança na sintaxe por via fonológica. Nessa visão, assume-se que a criança, sem nenhum conhecimento prévio da língua, alçará não só a sintaxe como também o léxico desta língua por meio de uma análise puramente fonológica do sinal acústico da

fala. Entretanto, o mapeamento entre o *input* acústico e as palavras não é tarefa trivial. Primeiramente, porque o fluxo da fala é contínuo, não dispondo de marcadores que auxiliem a criança a definir quando uma palavra acaba e outra se inicia e, em segundo lugar, porque uma mesma palavra pronunciada de diferentes modos por um mesmo falante ou pronunciada por dois falantes diferentes pode variar enormemente, dificultando a captação do sinal da fala por parte da criança. É preciso avaliar, então, as pistas prosódicas de que a criança lança mão para a execução desta tarefa.

Bebês mostram-se sensíveis a pistas de natureza supra-segmental e distribucional. Tais pistas possibilitam não só a delimitação de fronteiras entre constituintes sintáticos, como a segmentação do léxico. Consoante Corrêa (*op. cit.*), as pistas supra-segmentais envolvem pausas, alterações de *pitch* e alongamento de vogais, enquanto as distribucionais incluem padrões fonotáticos (combinações de sons possíveis na língua), co-ocorrência de sílabas, seqüências recorrentes que levam à identificação de classes fechadas do léxico, a distribuição de seus elementos, entre outros. A criança, ao identificar o padrão sonoro da língua em questão, começa por perceber os contornos prosódicos da fala dos adultos e as propriedades dos elementos que se encontram nas fronteiras prosódicas. A criança torna-se gradualmente sensível às regularidades fonotáticas da língua, não só no nível da sílaba, quanto em ambientes maiores onde tais regularidades ocorrem, como as frases fonológicas e as entonacionais.

Ainda no que diz respeito às regularidades, o nível morfofonológico é, também, objeto de observação para a identificação de elementos de classe fechada (afixos, que possuem padrões fonéticos característicos, são monossilábicos, recorrentes e possuem distribuição física por conta dos padrões fonotáticos da língua) e de classe aberta. Uma vez que estes elementos sejam identificados, pode-se dizer que a criança entrou na sintaxe da língua, pois já é capaz de concatenar os primeiros elementos que formarão as estruturas hierárquicas. A partir desse momento, os padrões rítmicos da língua passam a ser assimilados e, por intermédio das proeminências sonoras dentro das frases fonológicas, a criança vem a identificar o direcionamento do núcleo dos sintagmas. Por fim, as palavras funcionais auxiliarão na segmentação e aquisição do léxico e, conseqüentemente, na análise e aquisição sintáticas. Há evidências de que tais pistas e procedimentos

se desenvolvem ao longo do primeiro ano de vida da criança (Jusczyk, 1997; Gerken, 2001).

Em suma, nessa concepção de aquisição da linguagem, o que é gramaticalmente relevante para a língua tem de estar expresso na interface fônica. A criança começa por identificar os padrões recorrentes na língua, aos quais atribuirá valor gramatical. Uma vez distinguidos os elementos de classe fechada e aberta, criam-se as primeiras categorias do léxico – que podem ser representadas em termos de um traço formal (categorial), enquanto as demais permanecem ainda subespecificadas – e o sistema computacional entra em operação. O próximo passo é a interpretação semântica das distinções veiculadas por estes elementos (de classe fechada e aberta), ao que se presume que a criança parta do pressuposto de que enunciados lingüísticos se referem a entidades ou eventos no mundo.

No caso do *modo* verbal, não foram encontradas evidências na literatura que apontem para o fato de a criança ser sensível às suas distinções por meio de informações provenientes da forma fônica. Entretanto, os resultados do estudo de Lima-Rodrigues (2007) acerca da aquisição de aspecto no PB revelaram que na idade média de 23 meses, crianças adquirindo esta língua são sensíveis à informação de natureza fônica relativa a afixos de tempo/aspecto, ainda que não consigam interpretá-la de imediato¹.

Uma vez que, no português, tempo e aspecto não se separam e que *modo* também se apresenta morfologicamente indissociado de tempo, os dados de Lima-Rodrigues (*op. cit.*) parecem ser de grande valia. Na mesma linha de raciocínio, pode-se pensar, portanto, que a tarefa de aquisição de *modo* no português, por parte da criança, envolva, primeiramente, a identificação, a partir da interface fônica, dos afixos correspondentes ao indicativo, subjuntivo e imperativo (*tu ajudas, que tu ajudes, ajuda tu*, respectivamente)², os quais seriam tomados como gramaticalmente relevantes. Em seguida, tais variações seriam interpretadas semanticamente, em função do Princípio da Interpretabilidade Plena, conforme visto no capítulo 2.

¹ Para seu estudo, Lima-Rodrigues (2007) fez uso de uma modificação da técnica do paradigma da detecção da novidade de Spelke (1991).

² Estas formas estão sendo aqui utilizadas somente para fins de exemplo das diferentes desinências, uma vez que no PB, o pronome *tu* com verbo em 2ª pessoa caiu em desuso, pelo menos no dialeto do Rio de Janeiro.

3.2

Aquisição de modo: produção

A literatura acerca da aquisição do *modo* verbal é, em geral, muito escassa. Os estudos encontrados versavam unicamente sobre a questão do infinitivo raiz.

O trabalho de Deen & Hyams (2006) fornece um panorama amplo acerca do assunto, sendo, portanto, aqui detalhado. Este tem por objetivo mostrar que o desenvolvimento da gramática infantil é guiado por princípios universais que governam o mapeamento entre a semântica e a morfossintaxe. Os autores focalizam seus estudos em quatro línguas tipologicamente distintas: o holandês (uma língua V2 germânica), o grego, o italiano (uma língua românica *pro-drop*) e o swahili (uma língua bantu).

De acordo com Hyams (2004), existe uma oposição semântica entre os *modos realis* e *irrealis*, observada em várias gramáticas infantis, que se realiza na morfossintaxe por meio da especificação ou subespecificação de traços flexionais. Há um tipo de sentença não-finita realizada em contextos *irrealis* e que ocorre em contextos de volição, direção e intenção, que se opõe a sentenças com referência temporal, que ocorrem em contextos *realis*. Contudo, a forma específica do verbo não-finito varia em função da morfossintaxe da língua-alvo. Deen & Hyams (2006) expõem que em línguas como o holandês e o alemão, por exemplo, o *modo irrealis* é expresso por um infinitivo raiz³. Em línguas *pro-drop*, como o italiano, que não exibem um estágio RI⁴, o imperativo é o análogo funcional do RI

³ Infinitivo raiz (do inglês *root infinitive* [RI]): sentenças contendo um verbo no infinitivo e que ocorrem com frequência em várias línguas infantis. Deen & Hyams (2006) adotam o termo *estágio do infinitivo raiz* (RI stage) como o estágio em que as crianças alternam entre verbos finitos e não-finitos, também conhecido por *estágio do infinitivo opcional*.

⁴ Os termos *estágio RI* ou *estágio do infinitivo opcional* serão mantidos no presente trabalho, por serem estes os termos difundidos na literatura. Contudo, uma observação sobre o termo *estágio* deve ser feita. Segundo Corrêa (2008), no âmbito da aquisição da linguagem e do desenvolvimento lingüístico, diferentes sentidos podem ser atribuídos a esta palavra. Na Psicologia do Desenvolvimento, o termo *estágio* costuma designar um patamar no qual o desenvolvimento de um grupo representativo de crianças se estabiliza por determinado período de tempo, geralmente definido em idade cronológica ou mental. O termo *estágio* caracteriza, neste caso, um modo de estruturação da mente que repercute em determinadas formas de comportamento padrão, observáveis na população infantil. No estudo do desenvolvimento lingüístico, o termo *estágio* foi inicialmente utilizado de modo a prover uma caracterização de desenvolvimento que pudesse ser feita independentemente de idade cronológica ou mental (Brown, 1973). O desenvolvimento lingüístico pode, no entanto, revelar alterações súbitas nas habilidades perceptuais/analíticas ou na fala da criança. Esta apresenta intensa flutuação no uso ou omissão de determinadas formas, o que não se configura como etapa facilmente delimitável, como o termo *estágio* costuma designar. Por este motivo, os termos *estágio RI* ou *estágio do infinitivo opcional* parecem não ser adequados, na medida em que representam uma alternância aparentemente assistemática entre formas finitas e

aparecendo em, pelo menos, um conjunto de contextos *irrealis* e, em grego, é uma forma perfectiva que exerce o mesmo papel em semelhantes contextos. Com base em tais observações, Deen & Hyams (2006) retomam a **Hipótese da Oposição Semântica**⁵ (SOH) (Hyams, 2001 originalmente), que diz que “a expressão do *modo irrealis* na gramática infantil exclui uma especificação de tempo”, uma vez que as expressões morfossintáticas de *modo* e tempo estão em distribuição complementar nos estágios iniciais do desenvolvimento gramatical.

Hyams (2004) aponta algumas características dos RIs se comparados aos verbos finitos utilizados pelos adultos: apresentam morfologia infinitiva; ocorrem em posição final de sentenças em línguas OV; ocorrem predominantemente com sujeitos nulos; não apresentam sujeitos clíticos (em francês); não ocorrem em interrogativas-QU; e não ocorrem com tópicos que não sejam sujeitos (em línguas germânicas). Deen & Hyams (2006) consideram que tal distribuição distinta entre verbos finitos e RIs na gramática infantil sugere não só a coexistência de duas estruturas diferentes como, também, uma concessão de sentenças não-finitas como opção gramatical, uma vez que, na gramática infantil, verbos não-finitos são gramaticais em contextos raízes, isto é, contextos nos quais os verbos deveriam estar flexionados.

Diversas são as explicações para a natureza do mecanismo que licencia RIs na gramática infantil: (1) truncamento da sentença abaixo de CP (ao nível de VP); (2) subespecificação de núcleos funcionais (Tempo, Concordância e Número), o que resulta em ausência de finitude; (3) a Hipótese da Aprendizagem Lexical, que propõe que alguma estrutura funcional se encontra, inicialmente, ausente na gramática infantil e só será construída quando a criança adquirir os paradigmas de concordância da língua; e (4) infinitivos são formas verbais *default* provisórias, até que a criança aprenda a forma finita relevante.

Hoekstra & Hyams (1998) observaram que os RIs em holandês e em outras línguas apresentam um significado essencialmente modal ou *irrealis*, expressando as necessidades, os desejos e as intenções da criança, ao que denominaram **Efeito da Referência Modal**⁶ (MRE): “com uma frequência surpreendente, RIs

não-finitas com predominância gradual das primeiras. Assim sendo, os termos *estado* ou *fase* seriam mais adequados, uma vez que estariam menos comprometidos com um dado modo de se conceber a mente e o desenvolvimento.

⁵ Hipótese da Oposição Semântica (*The Semantic Opposition Hypothesis* [SOH]).

⁶ Efeito da Referência Modal (*Modal Reference Effect* [MRE]).

apresentam um significado modal/*irrealis*". Os autores assumem, então, que a modalidade dos RIs está associada à morfologia do infinitivo e, se isso estiver correto, as crianças terão convergido para uma propriedade essencial da gramática adulta, uma vez que nela, o infinitivo apresenta, tipicamente, significado *irrealis*⁷. Uma vez que tal fato se verifica em várias línguas e em vários tipos de contextos *irrealis*, a possibilidade de coincidência fica descartada. Assim, os dados sugerem que o princípio responsável pelo significado *irrealis* na língua adulta se encontra, também, na gramática infantil.

Além de assumirem que o morfema do infinitivo contém um traço *irrealis*, Deen & Hyams (2006) assumem, também, que os traços do verbo devem combinar com as categorias projetadas na sintaxe e vice-versa: a estrutura funcional que dá origem aos significados temporal/aspectual/modal deve ser licenciada por traços correspondentes no verbo. De um modo alternativo, uma projeção sintática pode ser licenciada por um item lexical inserido em seu núcleo como, por exemplo, um modal no núcleo de MoodP. Assim, nesse modelo de gramática, os traços formais, que podem estar realizados morfológica ou lexicamente, licenciam a estrutura sintática e a interpretação é dada pela estrutura.

No entanto, as línguas variam no modo como reúnem seus traços formais em categorias sintáticas. No italiano, no alemão e em outras línguas, os traços de tempo e concordância (INFL) realizam-se de forma independente: *am-av-o* = amar-passado-1ª pessoa; *du lieb-te-st* = você amar-passado-2ª pessoa. Os traços nestes morfemas independentes são checados contra os núcleos de Tempo e de Concordância de forma separada na estrutura sintática. O inglês, por outro lado, expressa ou o tempo (*loved*) ou a concordância (3ª pessoa *loves*), mas nunca ambos: (**he loveds*). Para Giorgi & Pianesi (1997), o que ocorre no inglês é que os traços de Tempo e de Concordância estão reunidos em uma única categoria.

⁷ Segundo Hoekstra & Hyams (1998, p.103-104), ao contrário do particípio, por exemplo, que se refere à completude de um evento, o infinitivo denota que o evento ainda não está realizado. É este valor aspectual [-realizado] do infinitivo que torna compreensível por que nas línguas românicas o futuro é construído sobre o infinitivo e que serve de base para uma interpretação modal. Este é o contraste entre os enunciados finitos e não-finitos da criança: enquanto os finitos descrevem o estado verdadeiro das coisas, os RIs se referem a eventos ainda não realizados, sendo interpretados como afirmações de desejos em relação a tais eventos. Neste aspecto, os RIs das crianças se assemelham aos dos adultos que, em geral, ocorrem em jussivos (imperativos de 1ª e 3ª pessoa: "Let me drink", cf. Palmer, 2001, p.81) e em sentenças em que a possibilidade de um evento mencionado é comentada na próxima sentença: "John know all the answers?! I don't believe it".

Portanto, como o inglês só apresenta um núcleo, apenas um conjunto de traços (ou tempo ou concordância) pode estar morfologicamente realizado, mas não ambos.

Como as línguas diferem com relação a pares de traços formais formarem categorias independentes ou unitárias, a criança precisa aprender como os diferentes traços estão agrupados na sintaxe da sua língua. Categorias separadas só serão projetadas quando houver evidência positiva (na forma de múltiplos morfemas ou múltiplas posições de especificadores), do contrário, uma categoria unitária será assumida. Assim, as categorias unitárias são o *default* e, portanto, a hipótese inicial para a criança.

Tempo e *Modo* podem constituir uma categoria unitária da mesma forma que Tempo e Concordância. Os modais ingleses, por exemplo, não são marcados para traços de tempo e concordância (**musted*, *musts*), devido à estrutura da sentença dessa língua, na qual MoodP/TP constituem uma categoria unitária. O mesmo ocorre com os *modos* subjuntivo e imperativo, que expressam certos tipos de significado *irrealis*: o subjuntivo em inglês só é possível na ausência de morfologia finita (I demand that he go / *I demand that he goes) e o imperativo não é flexionado para tempo (Leave now! / *Left now!).

Deen & Hyams (2006) propõem, então, que a suposição inicial da criança é a de que MoodP/TP representam uma categoria unitária. Essa é a razão pela qual na gramática da criança um verbo pode checar traços de tempo ou de *modo*, mas não ambos na mesma estrutura. Logo, a expressão gramatical de modalidade na gramática infantil, incluindo volição, direção e intenção, é realizada por meio de uma forma não-finita com traços apropriados. Se o verbo possui um traço *irrealis* a ser checado contra o núcleo de MoodP, então, ele não pode checar traços de tempo: logo, TP não é licenciado.

Há, entretanto, algumas oposições à hipótese de Deen & Hyams (2006), sugerindo que o significado modal associado aos RIs não decorre de nenhuma especificação *irrealis* ou estrutura funcional, mas de uma opção *default*. São duas as abordagens que tentam explicar tal fato: (1) a modalidade dos RIs surge porque o *modo irrealis* é uma interpretação *default* na ausência de tempo; (2) a modalidade dos RIs surge porque RIs são uma forma *default* na ausência de modais.

Deen & Hyams (2006) combatem a primeira abordagem, argumentando que há sentenças não-finitas que ocorrem na língua infantil que não portam um

significado *irrealis*. No italiano e em outras línguas, as crianças produzem participios nus que, embora não-finitos, possuem significados perfectivos/completivos tipicamente associados a participios e que nunca apresentam um significado *irrealis*, tais como nas sentenças abaixo:

- | | |
|--|--|
| (64) Caduta
caído | Significado pretendido: ‘Eu caí’
Equivalente adulto: sono caduta |
| (65) Buttata via, guarda
atirado longe olha | Significado pretendido: ‘Eu o atirei longe,
olhe’
Equivalente adulto: I’ho buttata via, guarda |

O inglês corrobora tal argumentação, uma vez que Hoekstra & Hyams (1998) mostram que sua forma nua, muito freqüentemente (89% das vezes) possui significado temporal passado ou presente:

- (66) Eve sit floor
‘Eve is sitting on the floor’
- (67) Ann need Mommy napkin
‘Ann needs Mommy’s napkin’

A forma nua do inglês, contudo, não representa uma forma não-finita, pois sua composição morfológica difere da dos RIs. Estes apresentam morfologia infinitiva possuindo, portanto, um traço de *modo irrealis*, o que não ocorre com a forma nua do inglês. Uma vez que esta última é morfológicamente não-marcada, não possui traços para checar MoodP e é por isso que apresentará um significado temporal. Portanto, o MRE está ausente das construções nuas nesta língua.

Além dos significados temporais e não *irrealis* exibidos pela forma nua do inglês, há outra particularidade que tira seu status de forma não-finita: a Restrição à Eventividade (EC)⁸ também não atua neste tipo de construção. Os dados de um

⁸ Restrição à Eventividade (*Eventivity Constraint* [EC]). Esta é uma propriedade dos RIs que diz que estes estão restritos a predicados denotativos de eventos, enquanto verbos finitos podem ser tanto eventivos como estativos.

estudo de Deen (1997 apud HOEKSTRA & HYAMS, 1998, p.92-93) sobre a finitude de verbos eventivos e estativos no inglês infantil, revela que estes últimos ocorrem mais frequentemente com a forma nua, o que se opõe à relação eventividade/não-finitude dos RIs. Uma vez que em inglês os verbos estativos ocorrem em sua maioria com a forma nua, fica claro que a EC não opera nesta língua.

Percebe-se então, de acordo com o exposto acima, que a forma nua do inglês não está sujeita nem ao MRE, nem à EC. Uma vez que a modalidade dos RIs está associada ao morfema infinitivo, a forma nua do inglês não pode induzir uma interpretação modal e como a EC é uma consequência do tipo de modalidade inerente aos RIs, a forma nua do inglês não pode estar sujeita à mesma. Assim, embora a forma nua do inglês seja funcionalmente um infinitivo, ela é muito diferente de um infinitivo verdadeiro, morfologicamente falando.

Voltando à oposição de Deen & Hyams (2006) à primeira abordagem, que assume que o significado modal associado aos RIs não se dá a partir de nenhuma especificação *irrealis* ou estrutura funcional, mas de uma opção *default*, segundo os autores, o *modo irrealis* não é simplesmente a interpretação *default* que surge na ausência de tempo ou finitude, antes, está associado a traços morfossintáticos específicos, assim como o significado perfectivo está associado à morfossintaxe participial/aspectual.

Quanto à segunda abordagem, a de que os RIs são formas *default* que tomam o lugar dos verbos modais, elementos ainda não adquiridos pela criança, os autores, assim como Blom (2003 apud DEEN & HYAMS, 2006, p. 76), estão de acordo, uma vez que há evidências no holandês de que existe uma transformação ao longo do tempo na proporção do uso dos RIs e dos verbos modais: os primeiros decrescem à medida que os segundos aumentam na língua infantil. Para Deen & Hyams (2006), quando os modais finitos, que possuem morfologia relativa ao passado, se tornam produtivos, deflagram o conhecimento de que TP e MoodP não constituem uma única categoria, levando a uma diminuição no uso dos RIs.

O grego é uma língua que não possui infinitivo, no entanto, as crianças gregas produzem uma forma que compartilha as propriedades temporais dos RIs. Na sentença abaixo, morfologicamente falando, o verbo é um presente perfectivo.

Tal construção é denominada “perfectivo nu”⁹, já que o verbo da criança não é marcado para o tempo passado, nem há uma partícula de futuro ou subjuntivo, como ocorre na gramática adulta. Varlokosta (1998 apud DEEN & HYAMS, 2006, p.77) não considera tais sentenças como finitas, ao observar que o verbo (na 3ª pessoa, com a terminação *-i*) geralmente não concorda com o sujeito em 1ª pessoa, construção que, segundo Hyams (2002 apud DEEN & HYAMS, 2006, p. 76-77), no grego infantil é, freqüentemente, encontrada:

- (68) Ego katiti (Spiros 1;9)
 Eu sentar-PERF-3ª pessoa
 Eu vou/quero me sentar

A alta taxa de ocorrência destas estruturas sugere algo a mais do que simples erros de concordância, se se considerar que crianças gregas no estágio do perfectivo nu apresentam concordância produtiva com verbos imperfectivos e com verbos perfectivos que não envolvam a 3ª pessoa. Se o perfectivo nu não caracteriza erros de concordância, pode ser que a estrutura não forneça contexto sintático para a concordância, isto é, a estrutura seria subespecificada para traços T/Agr, como no caso dos RIs. Observa-se, portanto, que em grego há uma forma não-finita que expressa o *modo irrealis*, representando, assim, um análogo aos RIs: o perfectivo nu, já que compartilha as seguintes propriedades com aqueles: são (discutivelmente) não-finitos, como se evidencia pela falta de concordância produtiva; têm um significado *irrealis* [MRE], isto é, são volicionais, diretivos ou intencionais; são restritos a predicados eventivos [EC]; e co-ocorrem com orações finitas. Este fato é relevante na medida em que efeitos do tipo RI são encontrados em uma língua que não possui infinitivo. Deen & Hyams (2006) reafirmam, então, que a SOH é um princípio do desenvolvimento que ocorre na interface da semântica com a morfossintaxe, pois as oposições semânticas universais

⁹ Perfectivo nu (*Bare Perfective* [BP]). O termo “perfectivo nu” tem a seguinte explicação (Hyams, 2004): no grego adulto, um verbo perfectivo deve ser marcado como passado ou ser precedido de um auxiliar perfeito ou partícula modal. Em outras palavras, o verbo perfectivo deve ocorrer com morfologia de tempo ou morfologia modal. Na gramática infantil, encontram-se ocorrências do perfectivo sem a morfologia de tempo ou modal, daí o termo “perfectivo nu” utilizado por Hyams.

realis/irrealis encontram sua realização na morfossintaxe específica de cada língua.

No italiano, que possui a forma infinitiva, as crianças não atravessam um estágio RI, assim como em outras línguas românicas de sujeito nulo. Contudo, uma vez que a SOH representa um princípio universal, espera-se a existência de um análogo ao RI no italiano. De acordo com Han (1998), o imperativo compartilha propriedades essenciais dos RIs por ser uma forma marcada com um traço *irrealis*, expressando uma direção ou um desejo ainda não realizado no momento da fala e sem tempo definido. A diferença entre imperativos e RIs/perfectivos nus é que os imperativos são gramaticais na língua adulta.

Não é difícil concluir, porém, que se o imperativo na língua infantil representa um análogo aos RIs, há de existir, então, algumas propriedades distintivas (uma vez que o italiano é uma língua de sujeito nulo e que, de acordo com uma tradição no meio acadêmico, línguas de sujeito nulo não apresentam RIs). Salustri e Hyams (2003) apontam duas: **(1) Em línguas de sujeito nulo, os imperativos ocorrem com maior frequência na linguagem infantil do que na adulta:** dados apontam que a taxa no uso de imperativos é, de fato, mais alta para as crianças do que para os adultos (mesmo quando estes utilizam fala dirigida à criança). A hipótese é a de que, ao longo do tempo, os imperativos sejam substituídos por expressões modais, como visto anteriormente. É interessante verificar, também, que o uso maciço de imperativos acontece na mesma faixa etária em que ocorre o estágio RI, ou seja, entre 2;0 e 2;6. **(2) Na língua infantil, os imperativos ocorrem mais frequentemente em línguas de sujeito nulo do que em línguas com RIs:** comparadas as taxas de uso do imperativo pelas crianças italianas e alemãs, verificou-se que as alemãs usam muito menos imperativos e mais RIs. Tal diferença foi encontrada, também, na produção de uma criança bilíngüe (alemão e italiano) entre as idades de 2;0 e 2;7. A taxa de uso de imperativos por esta criança no italiano foi, de longe, mais alta do que no alemão, no qual o uso de RIs foi substancialmente maior. Este fato sustentaria a hipótese de que o imperativo no italiano é análogo ao RI, apoiando, mais uma vez, a SOH¹⁰.

¹⁰ Ver considerações a este respeito no capítulo 5.

No swahili adulto, MoodP e TP formam uma categoria unitária. Em uma análise da aquisição de elementos flexionais no swahili infantil, em que tempo foi o foco, os resultados mostraram que o desenvolvimento do tempo se dá paralelamente ao da morfologia do *modo* subjuntivo, o que sustenta a hipótese de Tempo e *Modo* como uma categoria unitária e o subjuntivo inicial como um análogo aos RIs.

Nesse estudo, em que a fala espontânea de crianças do swahili foi analisada, foi observado que uma variedade de tempos ocorre no estágio 3¹¹, em vários contextos e com várias raízes verbais. Portanto, além de o tempo tornar-se obrigatório na fala da criança, uma variedade de marcadores de tempo indicam, também, produtividade neste estágio. Tal desenvolvimento é bastante relevante no sentido de que há uma transição de uma gramática, em que a especificação de tempo parece ser opcional, para uma em que é obrigatória. Algo parecido ocorre paralelamente no domínio do *modo*. Durante os estágios iniciais, as crianças utilizam somente a forma indicativa *default*, quando, no estágio 3, a morfologia do subjuntivo se torna produtiva. Assim, segundo Deen & Hyams (2006), é no estágio 3 que a oposição semântica entre *realis* e *irrealis* é associada à morfossintaxe.

As crianças falantes de swahili não produzem RIs, pois, se comparadas às taxas de RIs em outras línguas, as do swahili são extremamente baixas. No entanto, o desenvolvimento do mapeamento semântica-morfossintaxe em swahili se equipara ao mesmo desenvolvimento em línguas RI, como o holandês. É preciso, então, investigar como o *modo irrealis* é licenciado na gramática infantil swahili, já que não se dá por meio da morfologia do infinitivo.

Para Deen & Hyams (2006), dada a morfossintaxe do swahili, o candidato mais provável para a expressão de *modo irrealis* na fala da criança é a forma subjuntiva, assim como ocorre na gramática adulta. Os autores listam algumas

¹¹ Os dados coletados no estudo foram atribuídos a quatro estágios de acordo com três medidas de desenvolvimento gramatical exibidas pelas crianças: MLU, verbos por expressão e proporção de dispositivos protossintáticos. A transcrição da tabela 6 (Critérios para atribuição de dados às fases) em Deen & Hyams (2006) é fornecida abaixo:

	MLU	Verbs/utterance	Proportion of PSDs
Stage 1	< 2.5	< 0.15	> 25%
Stage 2	2.5-3.0	0.15-0.20	15-24%
Stage 3	3.0-3.5	0.20-0.25	5-14%
Stage 4	>3.5	> 0.25	<5%

generalizações observadas nos dados das crianças com relação ao uso do subjuntivo: (1) há um aumento substancial no uso da forma subjuntiva à medida que os estágios avançam, principalmente, a partir do estágio 3; (2) em adição ao aumento na frequência de uso de subjuntivos neste estágio, há um aumento marcante dos contextos em que subjuntivo é usado; (3) a variedade de significados *irrealis* que as crianças expressam também aumenta do estágio 2 para o 3, pois nos estágios 1 e 2, as crianças expressam só 3 dos 5 significados *irrealis* possíveis (desejo, pedido e sugestão), enquanto que no estágio 3, todos os significados possíveis emergem. Além disso, segundo os autores, os verbos que expressam significado *irrealis* estão, quase sempre, flexionados corretamente com a morfologia do subjuntivo.

A conclusão de Deen & Hyams (2006) é a de que as oposições de *modo* se tornam produtivas no estágio 3, a partir do ponto em que uma especificação de tempo se torna obrigatória. Assim sendo, o estágio 3 parece ser um ponto crucial no desenvolvimento do swahili, já que, neste ponto, o morfema do subjuntivo com seu traço *irrealis* estará disponível para licenciar MoodP. Para os autores, na ausência de uma especificação de *modo*, TP é ativado e, por isso, a obrigatoriedade de tempo neste ponto.

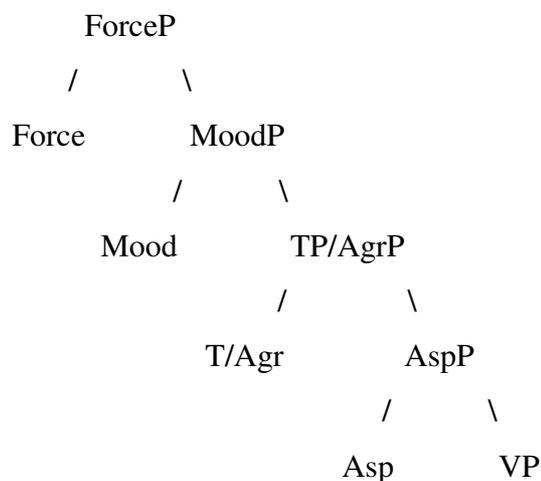
O desenvolvimento das oposições de *modo* nas línguas analisadas por Deen & Hyams (2006) e, em especial, os paralelos entre o holandês e o swahili, duas línguas tipologicamente bastante diferentes, sustenta a hipótese de que há princípios universais mediando o desenvolvimento da semântica e da morfossintaxe (SOH).

Neste estudo, não só a SOH é verificada, como fica claro que a expressão do *modo irrealis* na gramática infantil descarta uma especificação de tempo, uma vez que a criança faz uso de outras formas não-finitas portadoras de um traço *irrealis* para licenciar uma projeção de *modo*, escolhidas com base nos requerimentos morfossintáticos da língua-alvo.

Com relação à questão dos RIs e de seus análogos, é interessante verificar a explicação de Salustri & Hyams (2003) para o fato de as línguas que apresentam o estágio RI escolherem o infinitivo, enquanto aquelas que não exibem tal estágio escolherem outras formas para expressar o *modo irrealis*.

Segundo as autoras, as interpretações temporal, aspectual e modal de um evento são determinadas pela estrutura funcional da oração. Assim, no que tange

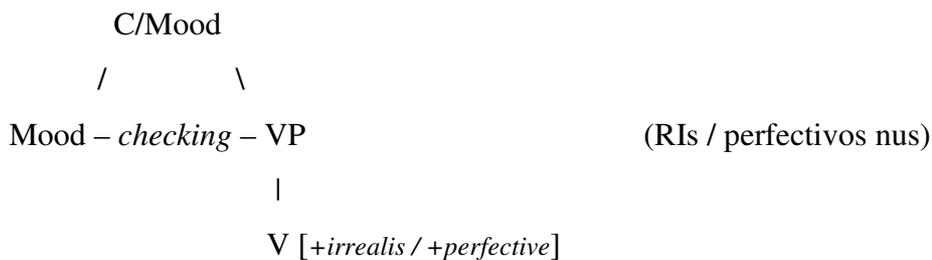
aos RIs e seus análogos, o significado *irrealis* se encontra estruturalmente representado por MoodP na árvore sintática abaixo:



Para as autoras, núcleos funcionais possuem traços que precisam ser checados através das operações Merge ou Attract (cf. Chomsky 1995)¹². Sob Merge, um elemento lexical com traços apropriados é inserido na posição do núcleo como, por exemplo, um modal em Mood. Sob Attract, o núcleo funcional – neste caso, Mood – atrai um traço apropriado do verbo que percola de VP. A operação Attract requer que a categoria funcional esteja em relação local com o verbo: uma relação núcleo-complemento.

A explicação para a questão da escolha do infinitivo ou do imperativo para a expressão do *modo irrealis*, segundo Salustri & Hyams (2003), é a seguinte: em línguas RI, Mood é checado contra um traço *irrealis* do verbo infinitivo. Assim, de acordo com a condição de localidade, não poderá haver nenhum núcleo entre Mood e o verbo, o que se dará por meio da subespecificação ou eliminação das projeções I intermediárias. No caso do perfectivo nu do grego, é o traço perfectivo do verbo que licencia Mood e, portanto, neste caso também, a localidade requer que TP, AgrP e AspP sejam eliminados. A estrutura resultante é a que segue:

¹² As autoras se baseiam no formalismo sugerido em Chomsky (1995, capítulo 4).



Esta análise evidencia que a não-finitude dos RIs e o perfectivo nu são, na verdade, conseqüências estruturais do licenciamento de Mood, o que revela a associação entre não-finitude e modalidade atestada na gramática infantil.

Por outro lado, as autoras propõem que os RIs não ocorrem no italiano porque nesta língua, os infinitivos possuem traços de concordância que precisam ser checados. Assim, nem AgrP nem TP podem ser eliminados e como não há nenhuma relação local entre Mood e o verbo, o estágio RI fica descartado. O imperativo, ao contrário, detém um traço *irrealis*, mas não os traços de tempo e aspecto e, uma vez que as crianças falantes do italiano fazem uso apenas de imperativos na segunda pessoa do singular, o imperativo infantil é considerado não-especificado para concordância também. Deste modo, os núcleos intermediários são eliminados e o traço *irrealis* do verbo imperativo é que checa Mood. O que ocorre a seguir é um movimento do verbo até Mood, o que permitirá que o traço diretivo entre em relação de checagem local com Force:



Ao contrário do italiano, no alemão, os infinitivos não possuem traços de concordância para serem checados, o que permite que AgrP, TP e AspP sejam eliminados, trazendo o infinitivo para uma relação de licenciamento local com Mood. Por isso, os RIs são possíveis nesta língua. Uma vez que no alemão adulto, o imperativo é permitido, a explicação das autoras para o fato de a criança alemã evitar o imperativo a favor do infinitivo é a economia. Salustri & Hyams (2003) assumem que movimentos só ocorram com o propósito de checagem de traços e,

ainda assim, somente como último recurso. Uma vez que a localidade pode ser satisfeita por subespecificação, esta é a opção mais econômica. Assim sendo, segundo as autoras, em condições de igualdade, os RIs sobrepujarão os imperativos como uma expressão do *modo irrealis*.

Neste capítulo, algumas particularidades do *modo* verbal foram explicitadas. Os estudos de Hyams (2001), Deen & Hyams (2006), Salustri & Hyams (2003), Hyams (2004) e Hoekstra & Hyams (1998) contribuem para um melhor entendimento de como o mapeamento semântica-morfossintaxe se dá e de como as crianças, que ainda não têm a língua totalmente identificada, criam meios distintos para a expressão do *modo irrealis*. Tal fato explicita mais um princípio universal atuante na aquisição da linguagem.

Segundo Perales (2008), Perales, Liceras & Bel (2006) e Liceras, Bel & Perales (2006), pesquisas apontam para a existência de um estágio RI em línguas de sujeito nulo, tais como espanhol, o catalão e o basco, ao contrário da opinião consensual no meio acadêmico, de que nestas línguas tal estágio não se manifesta. Os pesquisadores chegaram a esta conclusão, uma vez que os RIs de línguas de sujeito nulo são encontrados em uma porcentagem bem inferior às aquelas encontradas em línguas de sujeito não-nulo, além de exibirem menor duração, isto é, terminando por volta dos dois anos de idade.

As autoras, contudo, afirmam que apesar do apelo teórico da SOH em Deen & Hyams (2006), tal proposta não dá conta do pequeno número de RIs produzidos em línguas de sujeito nulo e chamam atenção para o fato de que apesar da porcentagem destes RIs ser baixa se comparada às dos RIs produzidos em línguas de sujeito não-nulo, as ocorrências são consistentes entre línguas e crianças.

Diante deste fenômeno, Perales et al. (*op. cit.*) e Liceras et al. (*op. cit.*) assumem um estágio RI em línguas de sujeito nulo. Citando outros autores, demonstram que as crianças falantes do espanhol, do basco e do catalão exibem tal estágio e que suas produções infinitivas denotam valores *irrealis* [valores intencionais (modais) ou referência futura] e *realis* [valores extensionais (descritivos ou para uma atividade em progresso) = leitura temporal].

Perales et al. (*op. cit.*) e Liceras et al. (*op. cit.*) propõem que qualquer relato da produção de RIs por crianças que estejam adquirindo uma língua de sujeito nulo deve dar conta de dois pontos: (1) de que o número de RIs nestas línguas é escasso, embora consistente entre línguas e crianças e (2) de que os RIs de línguas

de sujeito nulo, ao contrário das línguas de sujeito não-nulo, podem codificar valores *realis* e *irrealis*¹³.

Na proposta das autoras, a manifestação da oposição *realis/irrealis* por parte da criança será determinada pela presença/ausência dos traços de pessoa e de infinitivo em uma dada língua. A presença de [+P] licencia a oposição semântica *realis/irrealis* por meio de marcadores de pessoa (formas flexionadas), realizando o *modo realis*, enquanto as formas nuas licenciam também o *modo irrealis*. Nas línguas em que o morfema infinitivo se encontra disponível (espanhol, catalão e basco) o infinitivo compete com o marcador de pessoa para a realização do *modo irrealis*. Assim, segundo Perales et al. (*op. cit.*), para as línguas comentadas por Deen & Hyams (2006), estas são as combinações de traços de pessoa e de infinitivo que determinam a forma pela qual a oposição *realis/irrealis* será expressa na língua:

Línguas	Traço [+/-P]	Traço [+/-R]	Realis	Irrealis
Holandês, alemão	-	+	Flexionado	Infinitivos
Grego	+	-	Flexionado	Perfectivo nu
Italiano, espanhol	+	+	Flexionado; Infinitivos	3ª pessoa nua; Infinitivos
Inglês	-	-	Flexionado; Formas nuas	Semi-auxiliares; Formas nuas

Quadro 4 – Combinações de traços de pessoa e de infinitivo (Perales et al., 2006)

Dessa forma, nas línguas de sujeito nulo, um marcador infinitivo mostrar-se-ia, também, como um candidato potencial para a realização do *modo irrealis*, o que justifica o padrão observado, isto é, o de que ambas as formas (formas nuas ou não-marcadas e formas infinitivas) podem codificar ambos os valores, *realis* e *irrealis*.

Liceras et al. (*op. cit.*), contudo, consideram que nem a 3ª pessoa nua e nem a 2ª pessoa do imperativo afirmativo constitui um análogo aos RIs. Segundo as

¹³ Vale ressaltar que a produção de RIs com leitura *realis* também foi verificada por Poeppel & Wexler (1993) no alemão (língua de sujeito não-nulo).

autoras, as formas nuas do espanhol e do catalão, não representam análogos aos RIs porque estão sempre relacionados a uma referência temporal (valor *realis*).

Quanto ao imperativo, as autoras apontam alguns motivos pelos quais este não poderia ser considerado um análogo aos RIs. Em primeiro lugar, a hipótese de que os imperativos mapeiam o *modo irrealis* em uma estrutura oracional destituída de tempo não se sustenta porque os dados mostram que as crianças continuam a produzir imperativos mesmo após terem adquirido formas relacionadas ao tempo (passado, presente e futuro), além de não ocorrer nenhum decréscimo ao longo do tempo no uso dos imperativos, ao contrário do que ocorre no caso dos RIs. Outro motivo seria que as formas imperativas não apresentam as mesmas propriedades referenciais que os RIs, porque as primeiras se referem à 2ª pessoa do singular, ao passo que os últimos podem se referir a qualquer pessoa, em especial à 1ª ou à 3ª pessoa. Por último, enquanto os imperativos se referem ao momento da fala, os RIs, apesar de serem formas desprovidas de tempo, podem se referir a tempos diversos.

Em adição, Liceras et al. (*op. cit.*) consideram que o traço de pessoa [+P] é que determina a duração do estágio RI, uma vez que sua realização morfológica e sua conseqüente visibilidade fonológica levam a criança a distinguir formas finitas de não-finitas muito cedo, acarretando um abandono dos RIs. Tais características fazem com que o estágio RI seja mais curto e menos perceptível nestas línguas do que no caso de línguas tais como o holandês, o francês e o alemão, caracterizadas como [-P].

No caso do PB, língua românica, discutivelmente de sujeito nulo¹⁴, é preciso verificar: (1) se a criança apresenta um estágio RI e (2) se ela se encontra diretamente exposta à distinção *realis/irrealis* (fala parental). Em caso afirmativo, é necessário avaliar se tal distinção se manifesta na fala infantil tal qual na gramática do adulto. Caso contrário, é preciso investigar se a criança faz uso de um meio alternativo para expressar a referida distinção.

¹⁴ Ver capítulo 5.